

POLÍTICAS PÚBLICAS DO CRAS NO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN

Patrícia Faustino de Souza

Assistente social

<https://orcid.org/0009-0007-5200-1223>

E-mail: patricia02souza@hotmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2025.EE>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2025.EE-04>

RESUMO: Esta pesquisa pretende contribuir para as discussões sobre programas sociais nos municípios no que sugere a Constituição Federal de 1998, a qual discute sobre leis e normas sobre Políticas Públicas. No corpo deste estudo constam ações desenvolvidas e identificadas através de pesquisa realizada In lócus. Este estudo resultou neste artigo hora apresentado que traz como título “Políticas Públicas do Cras no município de Ipanguaçu/RN”. Este estudo tem como objetivo identificar as ações desenvolvidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por meio do Cras.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição. Políticas Públicas. Programas. Ipanguaçu. Cras.

PUBLIC POLICIES OF THE CRAS (SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTER) IN THE MUNICIPALITY OF IPANGUAÇU/RN

ABSTRACT: This research intends to contribute to the discussions on social programs in the municipalities in what is suggested by the Federal Constitution of 1998, which discusses laws and norms on Public Policies. In the body of this study there are actions developed and identified through research conducted in Inoccus. This study resulted in this article hour presented that brings as title "Public Policies of the Cras in the municipality of Ipanguaçu / RN ". This study aims to identify the actions developed by the Unified Social Assistance System (SUAS) through Cras.

KEYWORDS: Constitution. Public policy. Programs. Ipanguaçu. Cras.

INTRODUÇÃO

Um pequeno município pode demonstrar seu desenvolvimento por meio de suas características socioeconômicas, ou seja, o acesso a mercadorias, infraestrutura, a disponibilidade de transportes públicos, assim como os sistemas de produção predominante.

É fato que, nos municípios pequenos, a agricultura assume papel importante para a dinâmica econômica, visto que os demais setores necessitam de condicionantes favoráveis para a sua emergência. No caso do município de Ipanguaçu, essa situação, não é diferente. Pois, a produção que predomina é a agricultura, que por sua vez, torna-se única e exclusivamente dependente, principalmente, de condições climáticas.

Daí a importância das políticas públicas nesse contexto. Principalmente, aquelas voltadas às crianças e adolescentes que, nessa faixa etária são vulneráveis a questões negativas.

Este estudo evidencia-se pelo desejo de querer identificar as ações desenvolvidas pelo Cras do município de Ipanguaçu. O objeto de estudo que impulsiona essa pesquisa é “Políticas Públicas do Cras no Município de Ipanguaçu”. Os autores convidados a contribuir com esta pesquisa são: Souza (2006), Matos, (2012), Muller e Surel (2004), Dagnino (2002), Silva (1998), Lima (2004), dentre outros grandes estudiosos que respaldam esse estudo.

Sendo assim, almeja-se analisar e refletir sobre o desempenho a partir das ações públicas no tocante a distribuição de programas no município. Esse trabalho tem como objetivo geral identificar as ações desenvolvidas no Cras no município de Ipanguaçu, como elemento central para o processo de desenvolvimento social.

Este trabalho tem sua justificativa pautada na necessidade de identificar e compreender as ações desenvolvidas no Cras do município acima citado, bem como averiguar se essas ações sociais, voltadas para as pessoas economicamente carentes, oriundas dos diversos bairros da cidade se apresentam positivamente.

O presente artigo está estruturado em mais três seções, além dessa introdução. A próxima seção irá apresentar uma compreensão sobre Políticas Públicas centrada na sua gênese. Posteriormente será apresentada uma noção do que é o Centro de Referência de Assistência Social em Ipanguaçu/RN a metodologia da pesquisa, seguida da Cessão, Políticas Públicas: noções imediatas e necessárias para as unidades sociais, logo após a conclusão e por último, as referências utilizadas no artigo.

COMPREENDENDO POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito de Políticas Públicas surge nos Estados Unidos realizando uma visão abrangente dos problemas sociais e atrofiando a atuação do poder público na resolução de algumas dificuldades. Em outras palavras é o planejamento do Estado na prestação de serviços públicos ao qual está obrigado pelo texto constitucional.

Para Celina Souza (2006, p. 22):

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações.

A gênese das Políticas Públicas nos Estados Unidos tinha uma intenção de reduzir a econômica e atuação do Estado, principalmente, para teorizar as políticas do New Deal – Um conjunto de medidas econômicas e sociais tomadas pelo governo Roosevelt, entre os anos de 1933 e 1937, com o objetivo de recuperar a economia dos Estados Unidos da crise de 1929.

A etapa de reconhecimento do problema busca o sentido pelo Estado da compreensão do problema e quais medidas interventivas para sanar este problema. Geralmente, as questões que envolvem o problema em questão são interdependentes, ou seja, invadem outros contextos. Tornando-se em sua totalidade, uma questão de cunho político.

Delimitar um problema público é politicamente fundamental no processo de elaboração de uma política pública; envolve definir quais são seus elementos e sintetizar em uma fase a essência do mesmo. No entanto, é importante destacar que qualquer definição oficial do problema é temporária. Nas fases sucessivas de formulação das alternativas e, principalmente, na implementação, os problemas públicos podem ser redefinidos e adaptados por alguns dos atores envolvidos (Dias, Matos, 2012, p. 69).

Uma etapa de formulação da política pública inclui detectar o problema e inseri-lo na agenda de debates, essa decisão permite encontrar alternativas cabíveis para solucionar dificuldades. Os envolvidos colocam suas preferências e necessidades buscando a construção de um projeto de atuação para impetrar seus alvos.

Com base nas colocações de Reinaldo Dias (2012):

Esse processo ocorre com um embate político entre diversos

interesses, e quando da definição do objetivo da política adotada, serão rejeitas várias propostas de ação. É aí que reside a importância da participação ativa de um corpo técnico da administração pública que deverá fundamentar com clareza a proposta escolhida no que se refere à utilização de diversos recursos necessários – materiais, econômicos, técnicos, pessoais, dentre outros - e disponíveis (Dias, Matos, 2012, p. 76).

O modelo brasileiro de Políticas Públicas merece que façamos uma breve crítica. Esta está fundada no modelo federativo do Brasil. Como é verdadeiro, o Brasil possui um modelo federativo de três níveis – União, Estados e Municípios. O Município possui autonomia política o que, significa na prática, autonomia financeira (não dependência), ou seja, tem liberdade de decisão.

A verdade é que, os municípios deveriam ser economicamente independentes, isto é, arrecadarem o volume de dinheiro suficiente para tolerar seus compromissos não necessitando de repasses federais ou estaduais. A população seria melhor atendida pelos serviços públicos básicos se residisse em municípios com uma base econômica mais diversificada e com receita própria.

É necessário levar essa discussão a tocar o cidadão para que ele compreenda a problemática que está inserido. Os munícipes precisam elencar sugestões e atitudes precisas que, impulsionem a redução do dinheiro que se gasta com o poder público, como vereadores, secretários e a máquina e direcionar esse recurso para a viabilização de serviços de qualidade, principalmente, em educação, saúde e segurança.

NOÇÃO DO QUE É O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM IPANGUAÇU/RN

Em entrevista concedida a um blog do município de Ipanguaçu sobre as adesões referentes às Políticas públicas, o assessor de imprensa, Keyson Cunha (2016) centra sua fala no tangente a determinação da Constituição Federal no que concerne ao artigo 227 que trata da criança e do adolescente como prioridades absolutas.

Keyson enfatiza por várias vezes sobre a positividade das ações sociais e ainda faz referência às inúmeras experiências municipais pelo Brasil que atestam a melhoria da qualidade de vida das crianças com os recursos financeiros existentes a partir das Políticas públicas.

Contudo, um dos fatores negativos, é a dificuldade em adequar as ações desenvolvidas de maneira planejada, adequada e que sejam decisivas na priorização e intuito de envolver crianças e adolescentes na solução dos problemas de seu entorno.

Ainda de acordo com o assessor de imprensa, os serviços prestados pelo Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Ipanguaçu foram classificados com nota nove, nos indicadores de Desenvolvimento do Cras (IdCras) avaliados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no censo realizado em 2011 e divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento social.

O Cras é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da aplicação do acesso aos direitos de cidadania.

Esta unidade pública do SUAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços sociais e assistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social em seu território de abrangência. Estes serviços de caráter preventivo podem ser ofertados diretamente no Cras, desde que disponha de esforço físico e equipe compatível, quando desenvolvidos no território do Cras, por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos.

As funções do Cras não devem ser confundidas com as funções de órgãos gestores da Política de Assistência Social Municipal ou do DF. O Cras no município de Ipanguaçu oferta ações que envolvem famílias, principalmente, de baixa renda e que apresentam outros riscos estruturais. Essa função demanda uma adequação de formação e conhecimento que, nos últimos tempos tem acontecido com mais frequência. Este aperfeiçoamento de pessoal é fundamental para o acolhimento, inserção, encaminhamento e acompanhamento dos usuários do SUAS.

A seguir, alguns serviços ofertados pelo Cras em Ipanguaçu.

- Serviço de Conveniência e fortalecimento de vínculos. (Esse trabalho atende a três grupos: crianças, adolescentes e idosos).
- Programa das gestantes.

- PAIF – Programa de Atenção Integral a família.
- Grupos de Conveniência.
- Atendimento Psicossocial com psicólogos e assistentes sociais. (Esse trabalho contempla a escuta e atividade coletiva com os grupos.
- Atendimentos BPC – Benefício e Prestação Continuada.

No Cras, em Ipanguaçu os programas de assistência integral às famílias, são ofertados independentemente da renda dessas famílias, uma inovação dentro das Políticas Públicas e um excelente ganho para o município já citado.

METODOLOGIA

Compreende-se, que o homem como ser racional, está sempre provocado pela curiosidade e isso permite sua incessante busca pelo conhecimento, procurando constantemente respostas para seus questionamentos, construindo assim, através do trabalho e do empenho grupal um processo social, consolidado a cada ação planejada.

Nesse desejo por novos conhecimentos o homem busca meios que atendam sua curiosidade e assim começa a investigar pesquisar sobre o conhecimento que quer adquirir, desse modo surgem às pesquisas e outros estudos.

A pesquisa é um dos meios mais utilizados pelo homem para conhecer com maior propriedade um assunto que ele deseja estudar, entre os tipos de pesquisa estão à bibliográfica e a de campo, as quais contribuem para melhorar a compreensão sobre o tema escolhido que é: “Condicionantes de Desenvolvimento e Geração de Renda no Município de Lajes: Uma Análise da Distribuição de Empregos”.

Uma metodologia de pesquisa deve valorizar os procedimentos, e, ainda variar de acordo com sua natureza. É o caminho ao qual se deve percorrer para se alcançar um objetivo. De acordo com o estudioso Gil (2008, p 162) “descrevem-se os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. Tendo variância na sua organização e nas peculiaridades de cada pesquisa”. Este estudo parte do método indutivo que é um processo mental que, para se chegar a comprovação da verdade, utilizam-se materiais comprovados, como materiais já publicados. Assim como análise

documental.

Segundo Boccato (2006):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (Boccato, 2006, p. 266).

Este estudo terá um caráter exploratório. Sobre o tipo de pesquisa exploratória, Gil (2008, p 27), afirma que: “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. A pesquisa exploratória incide na exploração na busca de algo que se pretende conhecer ou se aprofundar.

Por fim, pretende-se ao término desse estudo analisar e compreender o panorama das ações desenvolvidas no Cras no município de Ipanguaçu, bem como, refletir sobre essas ações para o desenvolvimento da economia do município. Além disso, serão utilizados dados obtidos em sites oficiais, dentre outras fontes que contribuam com este levantamento de dados.

POLÍTICAS PÚBLICAS: AÇÕES IMEDIATAS E NECESSÁRIAS PARA AS UNIDADES SOCIAIS

A análise das políticas públicas se insere, nos esforços para compreender a dinâmica do Estado e suas consequências na atual sociedade. Isso sugere observar com olhar crítico as relações entre Estado e sociedade, identificando as semelhanças e compreendendo as ações e o modo de atuação dos promotores destas, na dinamização pública.

Observar e compreender as políticas públicas na atual conjuntura comporta

uma atitude propícia e diferencial de grande relevância para a adoção de atitudes que permitirão o avanço social.

Segundo Muller e Surel (2004, p. 11) as políticas públicas são entendidas com o “Estado em ação”, pois, desse modo:

[...] a ação do Estado pode ser considerada como um lugar privilegiado em que as sociedades modernas, enquanto sociedades complexas, vão colocar o problema crucial de sua relação com o mundo através da construção de paradigmas ou de referenciais, sendo que este conjunto de matrizes cognitivas e normativas intelectuais determina, ao mesmo tempo, os instrumentos graças aos quais as sociedades agem sobre elas mesmas e os espaços de sentido no interior das quais os grupos sociais vão interagir.

Compreende-se desse modo a busca por mecanismos que facilitem a compreensão dos elementos inseridos na complexidade das relações sociais e busca de consenso à medida que a sociedade atinge um grau de informação e conhecimento e ruma a apropriação de novas formas de manifestação e decisões políticas.

Pelo fato do caráter indefinido e de aparência contraditória, podem-se identificar algumas características comuns às políticas públicas, ainda que estas ocorram em diferentes graus: relações de poder e legitimidade; espaços de trocas; elementos de valor e conhecimento; normas, regulamentos e procedimentos; necessidades de escolhas; sentidos e valores culturais; uma ideologia que as gere e as sustente; planejamento orçamentário; organograma e estrutura organizacional; hierarquia setorial; integração e inter-relacionamento entre seus vários aspectos e níveis; programas e projetos específicos; dinamismo para as necessárias atualizações; participação dos setores interessados; representação democrática da sociedade na sua formulação e implementação; atendimento de diferentes demandas; critérios de aferição e avaliação de seus resultados; atenção para as correções necessárias ao longo de sua trajetória (Silva, 1998).

Por isso, uma política pública, deve ser dinâmica e mutável, tendendo a modificar-se ao longo do tempo, sob a redefinição de diretrizes e novos objetivos. De acordo com Dagnino *et al* (2002, p. 3) o que é necessário para se entender o conceito de política no quadro das análises de políticas públicas é:

1. a distinção entre política e decisão: a política é gerada por uma série de interações entre decisões mais ou menos conscientes de diversos atores sociais (e não somente dos tomadores de decisão);
2. A distinção entre política e administração;
3. Que política envolve tanto intenções quanto comportamentos;
4. Tanto ação como não-ação;
5. Que pode determinar impactos não esperados;
6. Que os propósitos podem ser definidos ex post: racionalização;
7. Que ela é um processo que se estabelece ao longo do tempo;
8. Que envolve relações intra e inter organizações;
9. Que é estabelecida no âmbito governamental, mas envolve múltiplos atores;
10. Que é definida subjetivamente segundo as visões conceituais adotadas.

Já Muller (2004, p. 22), por sua vez aponta cinco elementos que possibilitam identificar uma política pública:

1. existência de um conjunto de medidas concretas;
2. Decisões de natureza mais ou menos autoritária;
3. estar inscrita em um quadro geral de ação, nunca é uma ação isolada;
4. possuir sempre um público;
5. possuir objetivos definidos.

É necessário compreender estes elementos para que haja posicionamento consciente nas proposições a serem cogitadas e negociadas no intuito de contribuir com a sociedade, permitindo que por meio das decisões haja crescimento material e desenvolvimento intelectual para que aumentem produção e produtividade.

Segundo Lima, (2014) a política pública está inserida em um contexto de políticas governamentais e objetiva, de forma geral, a contribuir para elevar o bem estar social. No processo de política pública, desde o estágio inicial de formação da agenda pública até a fase de implementação da política, fatores técnicos e políticos estão presentes em cada estágio.

E ainda de acordo com a autora o aparato técnico é amplamente utilizado nas fases de planejamento da política pública, representado por atividades que envolvem as projeções dos possíveis resultados baseados nas experiências anteriores, fixação de metas e valorização ao crescimento econômico.

Todavia, a autora supracitada enfatiza que: “a escolha das políticas públicas não é apenas baseada na dimensão técnica, mas política, ou seja, é afetada pela interação social e os diversos interesses dos atores envolvidos. Isso explica a influência desses para tornar determinada atividade prioritária em detrimento de outra” (Lima, 2014, p. 28). Dessa forma, a política pública contempla uma série de atitudes e providências dinamizadas pelos atuantes sociais.

CONCLUSÃO

O Cras no município de Ipanguaçu é fruto das ações políticas no que concerne às Políticas Públicas e que faz parte de uma construção histórica a partir de anseios de transformações na Política desta cidade. A política do município vem sendo marcada pela descontinuidade de diversos convênios, programas e etc, que influenciam de maneira negativa não apenas para a cidade, mas também para os municípios adjacentes que fazem comentários destrutivos.

Reconhecer o trabalho contínuo desenvolvido no Cras de Ipanguaçu a partir da Assistência Social e do dever político é fundamental, isso, se observamos, por exemplo, do ponto de vista da atual conjuntura que atesta a crescente crise.

Sendo assim, os desafios são claros à implementação de Políticas Públicas e de Assistência Social nos municípios. Contudo, os direitos conquistados na Constituição de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social, não podem ser desconsiderados, caso contrário, estaríamos entrando ou permitindo um retrocesso social. Permanecer na luta por ações que reduzam o índice de desigualdade e preconceitos por causa, na maioria das vezes pela diferença social, é uma alternativa que gera transformação social e produz na sociedade o reforço da ideia de proteção social.

Em fim, muitas conquistas e avanços significativos a partir da elaboração da Constituição Federal de 1988. Contudo, ainda é desafiador pensar em Políticas Públicas e planejar ações que contemplem e garantam os direitos a todos os cidadãos ipanguaçuenses. Por este fato, os programas e benefícios que fazem parte da Política de Assistência Social, têm sido revistos, e replanejados periodicamente, objetivando o aprimoramento do atendimento à população do município de Ipanguaçu.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. 2009.

DAGNINO, R. Metodologia de análise de Políticas Públicas. In: DAGUININO, R. et al. Gestão estratégica da inovação: metodologias para análise e implementação. Taubaté: Cabral Universitária, 2002.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas Públicas – **Princípios, Propósitos e**

Processos. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

HOLANDA, Nilson. Avaliação de Programas. **Conceitos básicos sobre a avaliação “ex post” de programas de projetos.** Rio, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2006.

IPANGUAÇU DO BEM. Disponível em: <http://www.ipanguacudobem.com/>. Acesso em: 25 jan. 2017.

IV Jornada Internacional de Políticas Públicas: **O CRAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** <http://www.joinpp.ufma.br/>, acesso em 22/01/2017.

Lima, Érica Priscilla Carvalho de. **Desenvolvimento regional: um debate sobre as políticas industriais no Rio Grande do Norte** / Érica Priscilla Carvalho de Lima. – Natal, RN, 2014. 88 f.: il.

MULLER, P.: SUREL, Y. Análise das políticas. Pelotas: Educat, 2004.

SELO UNICEF. Disponível em: <http://www.selounicef.org.br/>. Acesso em: 25 jan. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: **uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: outubro de 2025.